

TURISMO COMO FENÔMENO HUMANO: UMA NOVA BASE CONCEITUAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio*

Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Jr.*

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara*

RESUMO - As heteronomias da sociedade contemporânea apontam para um esgotamento do modelo de desenvolvimento economicista que não mais responde aos desafios colocados pela globalização dos circuitos econômicos e culturais. Nesse contexto, emergem demandas por políticas públicas que apontem para a sustentabilidade em seus processos de gestão, sobretudo baseadas na participação e no engajamento da sociedade civil, como condicionante para um novo estilo de desenvolvimento. Este artigo pontua tal caminho como referência para uma ação social, conceitualmente denominada por turismo como fenômeno humano. Tal perspectiva demarca uma melhor mediação dos interesses entre comunidades receptoras e o *trade* turístico de modo que possa diminuir o vácuo existente entre estes dois elementos que equivocadamente são, por vezes, considerados como extremos opostos. Palavras-chave: Sociologia do Turismo; Políticas Públicas; Gestão Sustentável; Tecnologias Sociais.

Abstract - This essay based on bibliographical references of Humanities and the Applied Social Sciences. It's objective suggests propositions that enlarges the understanding of Tourism. Tourism is defined as the study of the relationship between the human displacement and permanence based in the space-time dimension. Methodology, it incorporated in the scientific debate types of rationality and tacit knowledge in processes that share new experiences which, not always, are necessarily used of the individualistic utilitarian rationality, originated from the estrangement of the benefits caused by the touristic activity to the receivable communities. Key-words: Tourism's Sociology; Public Policy; Sustainable Management; Social Tecnology.

A temática turismo deve ser tratada com um enfoque interdisciplinar, diferentemente do que normalmente se verifica nos estudos teóricos, metodológicos e empíricos inseridos nas Ciências Sociais Aplicadas. O objeto turismo, como outros, transcende a perspectiva disciplinar. Tratá-lo dessa forma é distorcer o fato social. Este prevalecer da visão economicista / mecanicista do turismo, muitas vezes, encoberta as restantes vertentes. O objetivo deste ensaio é sugerir proposições que ampliem o entendimento da temática do turismo.

O crescimento da atividade turística, e sua complexidade como fenômeno demanda uma análise da mesma em de uma perspectiva ampliada, que considere de forma equânime os

* Professores dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB)

* Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

aspectos econômicos, ambientais e sociais, pois somente desta forma será possível uma aproximação mais ampla e concreta de seus reais impactos, positivos e negativos, considerando sempre que uma aproximação parcial comprometerá a percepção do todo.

Distorções também ocorrem na temática da administração, que, aliás, é uma das bases do enfoque tradicional do turismo, pois, ambas temáticas, muitas vezes, tratam hipóteses como fossem realidades já verificadas, resultando em modelos dedutivos incompletos que, muitas vezes, são tidos como acabados e, desta forma, distorcendo sensivelmente as conclusões obtidas.

A razão societária vigente baseia-se no consenso utilitarista que distorce o sentido de felicidade ao ponto de convertê-lo em sinônimo de obter bens e serviços (mercadoria), de forma a “substituir” as satisfações afetivas, e assim se corre o risco de dela se tornar escravo, tendo a necessidade material sempre crescente, para mascarar a nossa insatisfação afetiva e o nosso mal-estar (MARCUSE apud SACHS, 1986; DE MASI, 2000; KRIPPENDORF, 2001).

Não se têm dúvidas de que o turismo supera, na sua essência, a perspectiva de uma atividade compensatória à neurose do excesso de trabalho e das mazelas societárias, tais como a concentração de renda, a supremacia dos espaços urbanos sobre os rurais, descaso com os recursos naturais e tanto outros. A atividade turística precisa ser vista além da sua dimensão econômica (negócio do ócio). Agregando outras dimensões, poderá transformar-se em uma estratégia importante para um desenvolvimento capaz de valorizar e preservar tradições e relações sociais, racionalizar o uso dos recursos naturais e gerar renda aproveitando as capacidades humanas locais, pois desta forma será possível usufruir dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística para efetivamente produzir uma sociedade mais justa e coerente com os princípios da sustentabilidade desde todas as suas dimensões e perspectivas.

UM CONCEITO PROSPECTIVO

Turismo é o estudo da relação entre o deslocamento e a permanência humana parametrizada na dimensão espaço-tempo. Deslocamento humano é a migração de pessoas

entre espaços locais¹ e permanência humana é a fixação de pessoas nos espaços locais. O tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim se combinam para formar um elemento espaço-tempo, isto é, o espaço interage com o tempo, um modificando o outro (HAWKING, 2000)². Quando se está no município de residência (permanência), a noção de tempo e de espaço é percebida diferentemente de quando se está em uma outra localidade, seja por motivos de lazer ou negócios (deslocamento). Existe uma relação dialética, ora simétrica ora assimétrica, entre deslocamento e permanência humana, provocada pela dinâmica societária, conforme algumas teorias elucidam, como o materialismo dialético, os ciclos civilizatórios e os paradigmas.

Para Marx (1996) e Marx e Engels (1996) a realidade é um movimento constante. Num primeiro estágio, o homem deve estar em condições materiais de viver para fazer história. Tão logo satisfeita, criam-se novas necessidades. A produção material tende a se recriar da mesma forma que o homem. O homem quer se perpetuar (como seu criador). Configura-se uma massa de forças produtivas que determina o estado social. Surge a consciência, sobretudo de que o homem vive em inter-relações com outros homens. O último estágio, a consciência, é um produto social, portanto, se renova.

Toynbee (1987) define *civilização como uma qualidade especial ou uma fase de cultura que tenha exibido durante determinado período* (p. 46). A característica predominante que define os ciclos civilizatórios é a autodeterminação que, segundo o autor, significa auto-articulação, e, que, através dela, se pode analisar o processo pelo qual as civilizações realmente crescem e declinam. A articulação não é uma coleção de pessoas, mas um conjunto de relações; é o campo de interação de dois ou mais sujeitos. Essas interações modificam o homem.

Kuhn (1970) define paradigmas como sendo *realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para*

¹ O espaço é um conjunto indissociável de que participam, de um lado, o arranjo de elementos territoriais, naturais, econômicos, sociais e culturais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, isto é, a sociedade em movimento (SANTOS, 1994).

² A partir da teoria geral da relatividade e de suas derivações, selou-se o fim da idéia de tempo absoluto. Surgia, então, as bases para se afirmar que o tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim que eles se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Para melhor compreendê-la, utiliza-se o exemplo do paradoxo dos gêmeos: *uma mãe deu a luz a um par de gêmeos. Ambos viveram em lugares diferentes. Um viveu no topo de uma montanha e o outro viveu no nível do mar. O primeiro gêmeo envelhecerá mais rápido do que o segundo, isto é, ao se encontrarem novamente, um será mais velho do que o outro* (HAWKING, 2000, p.59).

uma comunidade de praticante de uma ciência (p.13). Um novo paradigma surge quando o anterior não mais consegue solucionar a maioria dos problemas societários.

Essas três teorias apontam que a dinâmica societária incuba novas maneiras de agir das pessoas ao mesmo tempo que, no seu âmbito, desaparecem formas de agir tradicionais. Esse fenômeno deve ser estudado para poder planejar a demanda e a oferta de bens e serviços desse fluxo de modelos de desenvolvimento humano.

O que se percebe no intervalo espaço-tempo contemporâneo é que a racionalidade vigente, fundamentalmente utilitarista / econômica, não responde mais às questões da maioria da população planetária quando se analisa alguns indicadores sócio-econômicos. Tal incapacidade é a expressão das heteronomias contemporâneas que sujeitam o homem e a coletividade social aos imperativos da lógica mercantil (STEIN, 1991).

Os pressupostos de uma nova racionalidade que responda à maioria dos problemas societários deve ponderar o utilitarismo econômico vigente dentro de parâmetros aceitáveis e restritos ao equacionamento do sistema de mercado (tratar produtos apenas como mercadorias), ao mesmo tempo em que possa viabilizar o surgimento de um sistema regulador sócio-econômico-ambiental que utilize no seu bojo uma racionalidade humana, dita mais solidária, de comunhão, alternativa, onde possam emergir micro, pequenos, médios e grandes empreendimentos (SACHS, 2001).

A racionalidade solidária surge da insatisfação moral (vácuo institucional) provocada pelos interesses individuais baseados no cálculo meios e fins utilitaristas (SEN, 2000). É difícil de imaginar que um proprietário de hotel não fique perturbado ao se despejar o esgoto sanitário da sua empresa no mar. Neste contexto surge a necessidade de um debate ético, tal como concebe o Código Ético Mundial para o Turismo (WTO, 2002).

O turismo como fenômeno humano pode resgatar a perspectiva empreendedora schumpeterina, no sentido visionário do termo (SHUMPETER, 1997), mas determinado por valores como aqueles expressos pelo conceito de racionalidade solidária. As capacidades humanas devem ser aproveitadas nos seus próprios espaços locais (de permanência humana), evitando a migração forçada (deslocamento desumano) e, na maioria das vezes, danosa às populações rurais, inclusive, reforçando a favelização dos pólos urbanos. Muitos dos “problemas” urbanos podem e, portanto devem ser solucionados

no campo, antes que os mesmos se produzam. E a atividade turística pode se converter em um importante instrumento na busca por soluções para tais questões sociais de tão fundamental relevância, desde que seja encarada em uma nova perspectiva.

Os espaços locais são verdadeiros incubadores das atividades econômicas, sociais e ambientais, simulando uma perspectiva global (Sampaio, 1996) e como tal têm condições de gerir os recursos. Cada localidade deve aprender a brigar *cada uma com o calo que lhe dói*: o hotel que despede funcionários em massa, o êxodo rural ou urbano, a indústria que está matando o rio local, o nível de educação das escolas (DOWBOR, 1990; 1994). Para promover o empreendedorismo turístico do tipo endógeno uma iniciativa interessante são as agendas 21 para o turismo (OMT, 2002). Nestas o desenvolvimento endógeno pode ser considerado instrumento de fortalecimento dos destinos turísticos frente a um mercado cada vez mais globalizado, pois somente os destinos em condições de competir neste mercado de forma cooperada, com produtos de qualidade e diferenciados, serão competitivos e, conseqüentemente, sustentável (GANDARA, 2001)

UMA METODOLOGIA PROSPECTIVA

Acredita-se que uma das questões centrais no paradigma da sustentabilidade é a tentativa de superar leituras do tipo dicotômicas (quantitativo x qualitativo, privado x público, racional x não-racional) propondo um processo dialógico complexo entre visões que ora se complementam, interpenetram, e devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de gestão organizacional (SAMPAIO, 2003a).

Conforme entendem Morin e Moigne (2000), diferentemente do dito popular, o todo é concomitantemente mais e menos que a soma das partes, já que em decisões compartilhadas há um efeito, ao mesmo tempo sinérgico e redutor, pois as posições individuais diluem-se no coletivo. Portanto a participação não pode ser uma panacéia, mas um encaminhamento que merece ponderação, já que não é necessariamente sinônimo de eficiência, eficácia ou efetividade. A priorização participativa de problemas e análises, por exemplo, é a metodologia utilizada pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), programa nacional de descentralização e desenvolvimento da atividade turística. Esta, embora tenha gestado algumas políticas acabou por não obter os resultados desejados, tanto por não carecer da representatividade e o comprometimento previstos e

necessários, como por vezes também de visão / perspectiva mais ampla ao elaborar suas “decisões”.

Tanto no campo técnico como no científico a visão disciplinar reduz o objeto em análise, e onde esforços multidisciplinares têm sido logrados, a perspectiva cartesiana e utilitarista ainda tem preponderado (MORIN e KERN, 1995). Esforços inter e transdisciplinares são ainda uma utopia no campo do turismo, como em outras políticas³.

Não se quer cair nos riscos da ideologia, do romantismo utópico e da generalização, muito menos, no risco do ceticismo, da imobilidade e da especificação. De qualquer modo acredita-se ser necessária a promoção de uma flexibilização na busca do entendimento do saber científico, de modo a permitir mecanismos que transformem o conhecimento tácito, de difícil mensuração, em conhecimento explícito, racionalizado (POLANY, 1983). Aspectos que, na teoria da gestão apontam para processos participativos como, por exemplo, os que se privilegia nos âmbitos da Agenda 21 e do PNMT.

Existem processos que compartilham experiências, sem necessariamente utilizarem conhecimentos puramente racionais. Os aprendizes, por exemplo, trabalham com seus mestres e aprendem sua arte não através da linguagem (considerada racional), mas sim através da observação, imitação e prática (consideradas tácitas). É quase axiomático que o bom artesão é aquele que tem experiência, e que o bom gestor é aquele que possui vivência de campo (SAMPAIO, 2003a).

Para que a gestão da atividade turística se dê dentro dos preceitos da sustentabilidade, é fundamental que exista a participação permanente dos atores envolvidos em processos que ponderem benefícios e responsabilidades, como já preconizava Marshall (1967) ao discutir direitos e deveres de cidadania. Porém, ter claros objetivos, metas e as estratégias necessárias para atingi-los, considerando sempre uma perspectiva mais ampla, e não somente focada na atividade turística, é necessário para que os resultados atendam aos interesses de todos os atores, e principalmente da localidade como um todo. Para tanto, a

³ O enfoque interdisciplinar, segundo Morin e Moigne (2000), é a colaboração e comunicação entre as disciplinas, guardadas as especificidades e particularidades de cada uma. Já a transdisciplinaridade expressa, a priori, a criação de um campo de saber com autonomia Teórico-metodológica própria.

visão estratégica, ou seja politicamente sustentável, se faz premente (MANTOVANELI JR., 2001 e MANTOVANELI JR. e SAMPAIO, 2003).

UMA PRÁTICA PROSPECTIVA

O PNMT vem sendo implementado desde 1995 em 1.200 municípios brasileiros com vocação turística, utilizando uma metodologia Teórico-conceitual participativa da Organização Mundial de Turismo - OMT (Embratur, 2001). Tal metodologia, ainda que alguns a entendam como instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, não conseguiu na maioria dos casos, transformar ações formuladas em resultados econômico-sócio-ambientais efetivos às comunidades receptoras. Isto é resultado da disseminação de um conceito de turismo, baseado, sobretudo numa racionalidade econômica reducionista e normatizadora que transforma tempo livre, característica necessária para viver com felicidade, em lazer *customizado*⁴, típico de uma sociedade de consumo (HAULOT, 1991; KRIPENDORF, 2001). Obviamente, tal encaminhamento despolitiza, falsamente, as arenas decisórias e os conflitos de interesses, comuns ou contrários, acabam por maximizar as resistências. Em geral, as abordagens decisórias, sobretudo aquelas implementadas por consultores apenas interessados em ganhar dinheiro repetem este tipo de equívoco primário. A antiga questão “dar o peixe ou aprender ensinar a pescar?” se faz presente.

Considerando diversos estudos sobre PNMT, planejamento de bacias hidrográficas e planejamento para o desenvolvimento local ou microrregional, entende-se que duas metodologias vêm se destacando, e aqui serão brevemente descritas. A primeira abordagem Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e a segunda a Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS).

O PEP é uma metodologia considerada híbrida, isto é, incorpora elementos tanto do planejamento estratégico quanto do planejamento participativo. Com a ascendência do enfoque do desenvolvimento sustentável, o PEP vem se afirmando também dentro desta nova contextualização, como uma importante ferramenta organizacional (SOUTO-MAIOR, 1991b; 1994a; 1996a). Derivando-se do PEP e de experiências de planejamento

⁴ Terminologia administrativa que determina valor de mercado de alguma coisa, calculado monetariamente, a partir do capital e do tempo gastos na sua produção e a margem de lucro de seu produtor.

participativo que promovem o desenvolvimento sustentável⁵, surge a Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS), que objetiva garantir que as ações elaboradas sejam efetivamente executadas (SAMPAIO, 1999, 2000b). A distinção que se faz entre PEP e SiGOS é que na prática o planejamento enfatiza a etapa de formulação de estratégias e a gestão enfatiza também a etapa de implementação destas. O PEP e o SiGOS, enquanto metodologias para promoção do desenvolvimento sustentável, já foram testadas, descritas e analisadas, sobretudo no Estado de Santa Catarina, em trabalhos teórico-empíricos de Souto-Maior (1991a, 1991b, 1993b, 1994a, 1994b, 1995b, 1996a e 1996b) e de Sampaio (SAMPAIO e ALVES, 1995; SAMPAIO e D'OLIVEIRA, 1996; SAMPAIO, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 1997e, 1997f, 1998, 2000, 2001), juntamente com a Associação de Profissionais de Planejamento Estratégico e Participativo (APEP)⁶.

Em geral, um balanço da literatura especializada demonstra que os problemas a serem solucionados pelos planos não são difíceis de serem elaborados; as soluções dos problemas não são fáceis de serem encontradas; é muito difícil garantir que as soluções dos problemas sejam de fato implantadas. Por esta razão o fetiche da técnica, e como tal as abordagens de planejamento é uma das questões que precisam ser discutidas e que ocupam centralidade quando o tema é a elaboração de políticas para o turismo.

Diante desses graus de dificuldade apontados Sampaio (2000) sugere que a gestão organizacional (organizações públicas, privadas, não-governamentais, bem como arranjos institucionais que compõem esses três tipos de organizações) deve ser parametrizada por critérios extra-organizacionais (fora da organização) com dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados modelos de gestão amorfos, que privilegiam apenas critérios mecanicistas e economicistas.

Critérios extra-organizacionais com dimensões sustentáveis, tais como os preconizados pelo Blue Flag Programme (UNEP, 2002), chamados de efetivos, devem guiar os

⁵ Catalogadas no *Centre International de Recherche sur L' Environnement et le Développement* (CIRED) e no *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (CRBC) da *L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS).

⁶ APEP é uma associação originada de um grupo estudos que vinculava-se, em 1992, à área de Políticas Públicas e Planejamento Governamental (PPG) do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e que foi, progressivamente ganhando autonomia;

interorganizacionais, caracterizados como eficientes e eficazes⁷, sem que os sobreponham os direcionamentos de modo que possam superar no âmbito interorganizacional o mero cálculo meios-fins utilitarista. O processo organizacional parametrizado pelo critério efetividade deve ser conduzido de maneira participativa⁸, ou melhor, compromissada⁹, que permita diagnosticar uma realidade problemática e, ao mesmo tempo, produzir ações multidisciplinares para corrigi-la.

O marco desencadeador dessa participação compromissada é quando o sujeito da análise e da ação se inter-relaciona com o objeto de maneira substantiva. Eles, sujeito e objeto, se misturam, pelo menos, em algum intervalo de tempo. As conseqüências da ação do sujeito impacta sobre si mesmo, isto é, quando o próprio sujeito se sente parte do objeto.

A insatisfação moral ou vácuo institucional, mencionado anteriormente, surge a partir de uma disposição de fazer sacrifícios (quando se faz algo contra interesses imediatistas) para promover valores como justiça social e o bem estar da comunidade. Se uma pessoa ajuda alguém em estado de miséria (com rendimentos incapazes de satisfazer as necessidades de alimentação), movido por um sentimento de mudança de um sistema econômico que acha injusto, isto pode ser chamado de comprometimento (SEN, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve ser filosofia básica de qualquer planejamento e gestão da atividade turística (destinos / produtos / empresas), o conceito de desenvolvimento sustentável, um paradigma que relaciona aspectos sociais, ambientais e econômicos, desde uma perspectiva estratégica de efetiva participação em todas as fases do processo, de todos os atores envolvidos.

Ao planejar e gerir a atividade turística de forma sustentável é fundamental ter presente as distintas capacidades de carga, considerando que devemos satisfazer de forma plena visitantes e visitados, não perdendo de vista a necessidade premente de contar com

⁷ A eficiência é medida através dos processos de produção que no seu conjunto determinam o grau de produtividade, e a eficácia é verificada através dos resultados desses processos de produção que no seu conjunto determinam o grau de competitividade. A efetividade organizacional se alcança quando o ambiente organizacional - oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos – dimensiona sócio-econômico-ambientalmente a realidade de modo que possam surgir questões e ações estratégicas que superem a visão unidimensional da racionalidade econômica.

⁸ Participação é o processo de se tornar parte de alguma coisa por opção (SENGE, 2001).

⁹ Comprometimento vai além de um estado de participação, é um sentimento de total responsabilidade na transformação da visão (ideal) em ação (realidade) (SENGE, 2001).

indicadores, tanto objetivos como subjetivos, que permitam tomar decisões mais conscientes, baseadas na efetiva compreensão da situação, interpretando as relações endógenas e exógenas da atividade. Porém, a precaução ao tomar tais decisões, por encaminhamentos estratégicos, é um aspecto de máxima relevância, pois somente desta forma se poderão evitar danos posteriores, aspecto necessário para uma perspectiva de longo prazo permanente.

As contribuições substanciais deste ensaio ressaltam conceito, metodologia e prática prospectivas sobre a temática do turismo, surgido a partir de um referencial bibliográfico das ciências humanas que complementou o das ciências sociais aplicadas. É fundamental o resgate e o fortalecimento recíproco da interação entre estas duas grandes áreas de conhecimento, sob o risco do descolamento positivista entre ciência básica e aplicada.

O conceito de turismo que se definiu foi o estudo da relação entre o deslocamento, sinônimo de movimento migratório entre espaços locais, e a permanência humana, concebida como movimento de fixação em espaços locais, parametrizada na dimensão espaço-tempo. O turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, incubando novos modos de agir, concomitantemente com modos de agir tradicionais que estão desaparecendo.

Em relação à metodologia, sugeriu-se o enfoque interdisciplinar (parametrizado no transdisciplinar) como tentativa real de melhor entendimento do turismo como fenômeno humano, inter-relacionando diferentes visões disciplinares, ao mesmo tempo em que resguarda as particularidades de cada uma. Destacou-se a necessidade de incorporar no debate científico o conhecimento tácito, isto é: aquele que é de difícil racionalização disciplinar, embora não seja impossível interdisciplinarmente, existente em processos que compartilham experiências novas e que, nem sempre, se utilizam necessariamente de conhecimentos puramente racionais utilitaristas.

Enfim, como resultado desses conceitos e metodologias prospectivos, surge uma prática passível de solucionar os problemas identificados nas experiências de implementação da Agenda 21 e do PNMT, tal prática entendida como um processo que deve tanto superar a racionalidade utilitarista economicista, inserida em critérios de eficiência e eficácia organizacional, muitas vezes autodenominadas participativas, quanto incorporar outras formas de racionalidade mais substantivas e, ainda, de conhecimento tácito, contida em critérios de efetividade extra-organizacional ou, melhor, quando existe o compromisso

organizacional para promover valores, como justiça social e bem estar da comunidade, dentro de uma perspectiva estratégica mais ampla, e não focada em alguns aspectos em particular.

Referências Bibliográficas

- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOWBOR, Ladislau. Município e meio ambiente. **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.
- DOWBOR, Ladislau. **Poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- EMBRATUR. Anuário Estatístico da Embratur. V.28. Brasília, 2001.
- GANDARA, José Manoel G. **La Imagen de Calidad Ambiental Urbana como Recurso Turístico: el Caso de Curitiba, Brasil**. Universidade de Las Palmas de Gran Canaria. Espanha, 2001. (Tese de Doutorado não publicada)
- HAULOT, Arthur. **Turismo social**. México: Trilhas, 1991.
- HAWKING, Stephen W. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- Human Development Report. 1999; New York: Oxford University Press, 1999.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MANTOVANELI Jr., Oklinger. **Gestão estratégica, políticas públicas e sustentabilidade: um outro olhar sobre o orçamento participativo**. Tese de Doutorado – FAPESP. Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), FCLAr, 2001.
- MANTOVANELI Jr., Oklinger e SAMPAIO, Carlos A. **Sustentabilidade Política e Administrativa, enquanto argumentos qualificadores do processo político decisório em favor do ecodesenvolvimento**. Blumenau, 2003. (mimeo).
- MARX, Karl e ENGELS, Frierick. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Louis le. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre, 1995.
- OMT. Desarrollo sostenible del turismo. Disponível em www.world-tourism.org/espanol/index.htm. Acesso em 25/11/2002.
- POLANY, Michel. **The tacit dimension**. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Ciclo de Debates sob a Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: Conferência Habitat, 2001.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p.71, 1996.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento sustentável e turismo**. Blumenau: FURB, 2003a. prelo
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Um novo enfoque analítico de processos de tomada de decisão inseridos em metodologias de aplicação de Agendas 21 e PNMT: uma alternativa para promover o desenvolvimento turístico sustentável. **Turismo: Visão e Ação**, v. 6, n. 12, p.XX – XX, 2003b.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Sociologia do turismo**. Blumenau. FURB, 2003c. mimeo
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STEIN, Ernildo (1991). **Epistemologia e crítica da modernidade**. Ijuí: Livraria Unijuí.
- TOYNBEE, Arnold Joseph. **Em estudo da história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fontes, 1987.

- UNEP. Awards dor improving the coastal environment. Disponível em www.world-tourism.org/espanol/projects/ethics.html. Acesso em 25/11/2002.
- WTO. Código ético mundial para turismo. Disponível em www.uneptie.org/pc/tourism/sensitive/blue_flag.htm. Acesso em 25/11/2002.